



**8º Encontro Internacional de Política Social**  
**15º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Questão social, violência e segurança pública:  
desafios e perspectivas  
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

---

Eixo: Classe social, raça/etnia e sexo.

**A aparência da LGBTfobia nas mídias sociais do estado do Tocantins**

**Milena Carlos de Lacerda<sup>1</sup>**

**Resumo:** Trata-se de uma reflexão teórica e política acerca das percepções difundidas nas mídias sociais acerca das questões de gênero e sexualidade, evidenciando a aparência da homofobia no estado do Tocantins. Com base numa perspectiva feminista interseccional e crítica dialética, o estudo busca examinar as narrativas veiculadas acerca dos direitos sociais da população LGBT, através do levantamento qualitativo e análise documental das matérias jornalísticas de abrangência regional e estadual no período de 2013-2018, compreendendo os fluxos entre margens e centros, o regime da heteronormatividade e a atuação das mídias sociais.

**Palavras Chaves:** Gênero; Sexualidade; Mídias Sociais; Hegemonia.

**The appearance of LGBTfobia at social média in the State of Tocantins.**

**Abstract:** This paper is a theoretical and political reflection upon the perceptions on gender and sexuality issues that are spread on social media revealing the homophobia on the Brazilian State of Tocantins. Based on a feminist intersectional perspective and a dialectical critic, this study aims to examine the narratives on LGBT population social rights. This was possible through a qualitative survey and document analysis of regional and local newspaper articles from 2013 to 2018. It was also considered the relations between peripheral and central areas, the heteronormativity of our society and the impacts on social media.

**Keywords:** Gender; Sexuality; Social Media; Hegemony.

**Introdução**

O Tocantins é o estado mais novo da federação brasileira, sendo oficialmente instalado como unidade federativa autônoma com a Constituição de 1988, por meio da emancipação da região geograficamente vinculada ao Norte do estado do Goiás.

O resgate da obscura processualidade histórica da conformação do estado do Tocantins possibilita dimensionar as relações de poder que se estabeleceram no decorrer da sua construção e que preponderam até os dias atuais. Por esse ângulo, os aspectos históricos, econômicos, sociais e identitários da “província” do Tocantins atravessa a constituição da memória “pois é ela que estabelece um elo temporal por meio de uma

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (UFT). Email: [milenalacerdaseso@gmail.com](mailto:milenalacerdaseso@gmail.com).

visão de passado que legitima o presente e dá uma perspectiva de futuro (MOTTER, 2011, p. 10).

As forças políticas em defesa da propriedade e da família que se configuram em meio a sua institucionalização, ganham foro privilegiado no estado recém-criado que não conta com uma tradição de luta social e política, favorecendo inclusive a intensidade da exploração do trabalho que ganha contornos análogos à escravidão. Não por acaso, a maioria das representações políticas dos municípios vincula-se ao projeto ídeo-político de desenvolvimento da bancada ruralista que concentra o poder nas mãos de determinados grupos oligárquicos.

A mediação com a legalidade histórica que ultrapassa o discurso do aparente possibilita a análise crítica dessa construção do estado, ao passo que considera os interesses políticos e econômicos orientados pelas elites agrárias que fortaleceram o desmembramento do estado do Tocantins e Goiás.

Esse resgate é importante, na medida, que iremos contextualizar os discursos disseminados nas mídias sociais<sup>2</sup> do estado do Tocantins acerca das questões de gênero e sexualidade, evidenciando a aparência da homofobia no cerrado tocantinense. Isto é, o presente estudo objetiva-se evidenciar como as concepções hegemônicas de gênero e sexualidade repercutem nas relações sociais e políticas disseminadas no estado durante os anos de 2013 a 2018.

Parece-nos mais profícuo refletir que as batalhas para a conquista da hegemonia na sociedade civil relacionam-se com as ambições monopolísticas do capitalismo. As produções simbólicas geradas em torno da concepção hegemônica da população LGBT estão organicamente vinculadas às forças políticas e econômicas que imperam nesse território.

Isto rebate na pretensão que temos de (re) construir fluxos entre margens e centros sem desconsiderar o período de abandono do norte do país e o processo de expropriação da força de trabalho e dos recursos naturais conduzido pelas oligarquias

---

<sup>2</sup> Esse artigo é oriundo da pesquisa da dissertação de mestrado, vinculada à linha “*Identidades, Culturas, Políticas e Serviço Social*”, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que tratou da construção e implementação do direito ao nome social e do uso dos banheiros pelas pessoas trans na Universidade Federal do Tocantins (UFT). A pesquisa recebeu apoio da FAPERJ.

que se impuseram nessa região.

Por esse motivo que não tomaremos as mídias digitais desprovidas de uma análise mais acurada das relações sociais nas quais se inserem, pois, como afirma Moraes (2010), não nos resta dúvida que as definições ideológicas dos meios de comunicação centralizam aspectos mercadológicos, socioculturais e políticos. Como produção de sentido, um dos traços da mídia é a capacidade de processar demandas de audiência, sejam elas massivas, segmentadas ou hipersegmentadas (MORAES, 2010). Com efeito, podemos pensar no público alvo, nos consumidores e na clientela ao qual se destina esses noticiários.

Em vista da abordagem qualitativa, lançamos mão do levantamento de registros documentais situados em matérias jornalísticas no período de 2013-2018<sup>3</sup> com repercussão estadual e regional. Nos interessou questionar quais as narrativas são produzidas e pensadas acerca da população LGBT, o que significa viver no Tocantins e pautar cotidianamente as questões de gênero e sexualidade, quais as forças econômicas e políticas que predominam nesse estado e qual a percepção hegemônica acerca da vivência das pessoas LGBTs.

A escolha do Tocantins como *locus* da pesquisa está atrelada a relevância acadêmica e científica de teorizar sobre o norte do país, num contexto de invisibilidade das experiências que escapam ao eixo sul/sudeste, principalmente ao remetermos a uma temática tão estigmatizada.

Irineu (2016) afirma que o processo de subalternização do nosso lugar na geografia nacional é um elemento que pode auxiliar-nos a compreender os efeitos das hierarquias de gênero e sexualidade na vida da população LGBT. A autora exemplifica que “embora um homem, heterossexual, nascido e criado no norte do país esteja na ‘margem’ quando se refere à regionalidade, quando nos referimos à sua experiência de gênero, por exemplo, ele passa a ocupar o centro novamente” (2016, p. 68).

Com base nas “ideias desarrumadas da multiplicação da circulação entre as margens e centros” (SFENNER, 2009) e do arcabouço interseccional, não propusemos a ocupação deliberada dos centros, mas operamos na compreensão de que existem várias

---

<sup>3</sup> O espaço temporal discriminado na pesquisa relaciona-se ao objetivo central da dissertação de mestrado que investigou a memória das políticas de acesso e permanência à pessoas trans na Universidade Federal do Tocantins.

margens e centros, pois “esse processo, tão desejado por muitos movimentos sociais e muitos indivíduos, lembra manobra da inclusão, da normalização.

Trazer da margem ao centro pode ser colocar na regra, inserir no regime da heteronormatividade, por exemplo” (2009, p.48). Dessa forma, aludirmos às categorias mais abrangentes dialogando com a conjuntura nacional, estadual e local é indispensável para uma análise interpretativa. Nessa empreitada, lançamos mão da base epistemológica da perspectiva dialético-crítica para pensar a materialidade da vida social, oriunda dos “modos de ser e determinações da existência” (MARX, 2013), tendo em vista que o edifício teórico-metodológico de Marx nas palavras de Netto (2009,) assenta-se na articulação dialética da totalidade, mediação e contradição.

### **Reflexões acerca do itinerário metodológico da pesquisa**

Netto (2009) registra que o conhecimento oriundo da razão dialética diferencia-se pela possibilidade de captar o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, os fundamentos e a transformação. Busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a prefiguração, no nível do pensamento, do seu movimento, ultrapassando a apreensão da superficialidade e imediatez da vida cotidiana.

Nesses termos, a dialética não se caracteriza pela supressão de incertezas e respostas mecânicas sobre o objeto, pelo contrário, ela suscita dúvidas e questionamentos no desvelamento do real, a partir da análise das contradições e complexidades das relações sociais. Ademais, o materialismo histórico dialético emana um direcionamento teórico e político atrelado à práxis transformada, que impossibilita sua aplicação mecânica na realidade.

Qualquer objeto que se possa perceber ou criar é parte do todo. Em cada ação empreendida, o ser humano defronta-se, inevitavelmente, com problemas interligados. Portanto, para encaminhar uma solução para os problemas, o/a pesquisador/a necessita ter uma visão de conjunto: é a partir desta que podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro (KONDER, 2008, p. 35). Por isso, a necessidade de atrelar a homofobia com as ações do estado e a da sociedade civil, à participação política no Movimento LGBT, ao uso das mídias digitais como ferramenta de

visibilidade, ao debate amplo da educação na sociedade burguesa, às relações de gênero e sexualidade, à perspectiva interseccional e à vivência das pessoas LGBT.

Moraes (2010) resgata os “Cadernos do Cárcere”, de Gramsci, para qualificar os meios de comunicação como sustentáculo ideológico do bloco hegemônico, cumprindo a função de organizar e difundir tipos de cultura para formação de consenso. Esse direcionamento está organicamente atrelado a determinado agrupamento social que deseja manter sua clientela e angariar e ampliar sua influência ideológica.

Em vista da abordagem qualitativa, lançamos mão do levantamento de registros documentais, situados nos blogs de coletivos universitários<sup>4</sup> e do Movimento LGBT, matérias e documentos institucionais página eletrônica das instituições estaduais, notícias das Secretarias do Estado e reportagens de jornais *on line* no período de 2013 à 2018.

Segundo Lakatos (2003), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias de caráter contemporâneo ou retrospectivos. Essa catalogação exigiu a eleição de um conjunto de indicadores/descriptores relacionados ao debate das identidades LGBTs no estado do Tocantins para pensar a reverberação desses assuntos nas mídias regionais, a saber: Políticas LGBT – Tocantins; Movimento LGBT; Identidade de Gênero - Tocantins; Visibilidade Trans – Trans; Gênero – Tocantins; Universidade – LGBT – Tocantins; Universidade – Discriminação – Tocantins; Educação – Travestis e Transexuais – Tocantins; Nome Social; Uso autorreferido dos banheiros.

No decorrer da pesquisa, empreendemos a análise de 42 reportagens expressas nas matérias de imprensa<sup>5</sup>, 6 vídeos e áudios de jornais<sup>6</sup> e 13 reportagens institucionais sobre a visibilidade LGBT e ações do movimento e coletivos.

Dentre as reportagens veiculadas pelos jornais, nota-se que 36% são

---

<sup>4</sup> Coletivos Universitários são espaços de mobilização, acolhimento, partilha e atuação no ambiente universitário relativos à determinada causa, temática e/ou identificação.

<sup>5</sup> As matérias estavam situadas entre 2013-2018 com repercussão estadual e regional, recolhidas nos seguintes jornais: Conexão Tocantins, Norte do Tocantins, JM Tocantins, Impera News, G1 – Tv Anhanguera, Luiz Martins, CBN Tocantins, O popular, Jornal do Tocantins, Agência Brasil, Secretaria de Saúde de Palmas, Secretaria da Cidadania e Justiça do Governo do Estado do Tocantins, T1 Notícias, Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Atitude Tocantins, Norte do Tocantins, Portal O Norte.

<sup>6</sup> Os vídeos e áudios coletados são de alcance estadual, sendo: TVE Tocantins, Bom dia Tocantins, Repórter Tocantins, TV Anhanguera, CBN Tocantins,

declaradamente religiosas, enquanto 64% não são. No que concerne aos discursos, motivos e/ou justificativas produzidas, reconhecemos que 62% das reportagens se colocam favoráveis ao direito das pessoas LGBT, ao passo que 31% são explicitamente desfavoráveis e 3% neutras<sup>7</sup>.

Em relação às matérias coletadas da imprensa, somente 15 ouviram pessoas trans<sup>8</sup>, 2 ouviram o Movimento LGBT, 19 ouviram representantes do poder público, 2 reportagens ouviram o Movimento Estudantil e 12 não fizeram entrevistas. Nos vídeos e áudios supracitados, todas estão em concordância ao direito, sendo que 2 ouviram o Movimento LGBT, 4 ouviram pessoas trans e 6 ouviram os sujeitos vinculados ao poder público.

Miskolci (2011) nos oferece elementos históricos, teóricos e sobretudo metodológicos para refletirmos sobre o uso das mídias digitais, compreendendo que apesar da disseminação na sociedade contemporânea, seu acesso não é popularizado na realidade brasileira, pois cria formas particulares de acesso e subjetivação. Em concordância com o autor, verifica-se que os a necessidade de ponderar o alcance temporal e histórico das mídias sociais e principalmente das intersecções com a classe social, raça/etnia, geração, regionalidade e gênero. O que nos permite inferir o caráter novo desse fenômeno e seu processo de disseminação no país.

Ao remeter à condição privilegiada de distribuidores de conteúdo, Moraes (2010), recupera Marx e Engels para designar a produção de atividades jornalísticas como condição que “transportam signos; garantem a circulação veloz de informações; movem as ideias, viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimentos e ideologia”.

Apesar dos autores refletirem sobre os meios de comunicação situados em determinado período histórico na Europa Ocidental, é possível perceber seus ecos quando nos remetermos à função social dos meios de comunicação e da imprensa no período das

---

<sup>7</sup> É importante registrar que não acreditamos em neutralidade. Todavia, nomeamos as reportagens como neutras aquelas que não foram possíveis captar qualquer sentido ideológico na transmissão de informação e que visibilizaram diferentes contraposições em relação a ideia central da matéria.

<sup>8</sup> No intuito de visibilizar a fala das pessoas trans, optamos em não incluí-las na legenda do movimento LGBT. É necessário acentuar que o número não se refere à quantidade de trans, mas às vezes em que elas/eles foram ouvidas/as no quantitativo de reportagens.

infolias hipervelozes, incitado pelo capitalismo contemporâneo, o qual conta com uma evolução desenfreada de recursos informacionais em escala planetária.

Sob esse prisma, utilizamos a análise de conteúdo no marco da metodologia qualitativa, por se tratar de uma técnica não descolada da temporalidade histórica e cultural, possibilitando a reconstrução permanente do objeto de análise. Na apreensão investigativo-reflexiva do estudo das práticas sociais em meio ao dinamismo da realidade, compreendemos que as técnicas que preconizam a rigidez do método de investigação, a neutralidade, a aparência e cientificidade abstrata interferem no desvendar dos significados, bem como na sua interpretação.

Nessa perspectiva, reconhecemos que as forças econômicas e políticas consubstanciam a construção dos valores e o pânico em torno da “moral sexual e de gênero” no Tocantins. Sob esse prisma, o próximo subtítulo acentuará a compreensão hegemônica em torno da diversidade sexual e de gênero no âmbito estadual expostas nas mídias sociais.

Sabe-se que a homolebotransfobia acontece em todas as partes do país, acarretando leituras genéricas sobre o conjunto de violências e violações à população LGBT. Interessa-nos problematizar qual o aspecto ela adquire no Tocantins, quais as formas assumidas por ela e como se organiza a partir do seguinte questionamento: o que significa pensar os direitos da população LGBT em um estado recentemente construído da região amazônica?

### **“Essa terra tem dono”<sup>9</sup>: A concepção hegemônica sobre a população LGBT no cerrado tocantinense**

Nosso estado é muito atrasado em políticas de saúde para LGBTs de forma geral. Na hora de adquirir medicamentos, hormônios ou até implantes de silicone, a maioria tem que recorrer a processos indiscriminadamente. [...]. Temos amigas que foram a Goiânia procurar uma bombadeira (mulher que aplica injeção com silicone de cavalo e silicone industrial) e chegaram a ir a óbito, porque, na maioria dos casos acontece a necrose e o corpo não absorve

---

<sup>9</sup> Declaração atribuída ao primeiro governador do Tocantins, Siqueira Campos, popularmente conhecido pelos opositores sob o vulgo de “Ditador do Cerrado”, cuja família possui larga trajetória de personalismo político-partidário no estado. “O Ditador do Cerrado”, de autoria de Rinaldo Campos, é um ensaio que problematiza os alicerces do mito que se julga criador do estado do Tocantins. O livro foi censurado no território tocantinense e teve edições apreendidas e incineradas, bem como motivou a prisão do autor em 1993.

(Matéria 15/08/2017).<sup>10</sup>

De antemão, interessa-nos questionar quem são os donos dessa terra, qual a sua cor/etnia, qual a sua sexualidade, qual a sua identidade de gênero, sua escolaridade, seu posto de trabalho, quais espaços sociais ocupa, qual a sua compreensão de liberdade e, sobretudo, o que ele pensa sobre os direitos da população LGBT. Nesse tópico, iremos contextualizar a aparência da homofobia no estado tocantinense e quais são as representações simbólicas em torno do gênero e da sexualidade, evidenciando os atravessamentos por ousar viver e discutir essas temáticas, a partir da noção de “margens e centros”.

Nesse sentido, desvendar a concepção hegemônica do gênero e sexualidade implica analisar o conceito de hegemonia sob a ótica gramsciana que pressupõe a “conquista do consenso e da liderança cultural e política-ideológica de uma classe ou bloco de classes” (MORAES, 2010, p. 54), congregando aspectos estruturais da sociedade com princípios éticos-morais da vida social na conformação do imaginário social para legitimação de determinado tipo de sociedade.

A hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas a estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se (MORAES, 2010, p.55). Por esse motivo, não podemos limitar a constituição da hegemonia a uma coerção, pois envolve uma direção cultural e o consentimento social que entrecruzam um universo de convicções, juízos de valor, apreensões morais e regras de conduta acerca de determinado *modus operandi*.

A consolidação de uma direção ético-política demanda um processo histórico no qual a classe dirigente de um bloco hegemônico estrutura progressivamente uma vontade coletiva – política, ideológica e cultural. A obtenção gradual do consenso, a partir da penetração e impregnação de ideias, pressupõe uma reforma sustentada em premissas éticas e morais para conduzir o bloco da classe dominante ao poder e a conquista da hegemonia.

---

<sup>10</sup> Página da Defensoria Pública do Estado sobre a Importância da implantação do Ambulatório Especializado para a população trans no estado do Tocantins.



Cabe-nos questionar quais os princípios ideológicos que convergem na legitimação da identidade de gênero e sexualidade adequada e aceita socialmente, qual a concepção hegemônica da população LGBT nesse estado e quais as bases de sustentação que direcionam uma força política efetiva para a proteção da família.

Tais questionamentos rebatem em distintas noções arraigadas historicamente e estruturam uma teia na complexidade social no âmbito estatal. Num esforço de aproximações sucessivas, elegemos os indicadores que mais apareceram nos dados coletados e nos enfrentamentos advindos da experiência política de militância, a saber: a) a concepção de gênero e sexualidade, b) a definição restrita de família, c) da centralidade do dogmatismo religioso e d) a atuação dos movimentos sociais, em particular do movimento LGBT.

Os modelos de subjetivação são impulsionados e estabelecidos por uma concepção dominante do gênero e sexualidade que publiciza a heterossexualidade a partir da ordem do biológico, como única forma possível e sadia de exercício da sexualidade. Os grupos sociais que ocupam as posições centrais privilegiadas ou que se aproximam, ainda que não completamente das hierarquias de gênero, raça/etnia, sexualidade, classe, religião reiteram noções normativas de representação de outros/as sujeitos/as a partir da ideia de inteligibilidade. Eles falam por si e, também, falam pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos (LOURO, 2013, p. 16).

Constantemente vocaliza-se a ideia de desrespeito e desvalorização do espaço público pela emergência da população LGBT na cena pública, sentenciadas no entendimento de que a sexualidade e a identidade de gênero devem continuar de forma contida e marginal, ocupando as zonas inóspitas da vida social, como ocorre historicamente com a população LGBT.

Um dos traços dessas concepções particulares reporta-se à conservação da unidade familiar. O espaço sociofamiliar é entendido em seu sentido restrito, regimentado em bases bíblicas, notadamente heterossexuais em torno do homem e mulher cisgêneros e da geração de filhos, como “bendito fruto” do casamento monogâmico.

Em tempo, identifica-se a disseminação do termo “família desestruturada”

para designar a heterogeneidade das composições familiares, abrangendo posicionamentos que comungam com o modelo nuclear de constituir-se enquanto família<sup>11</sup>. De modo geral, essas perspectivas não reconhecem o caráter da multiplicidade e modificações dos arranjos familiares e atuam no sentido de estigmatizar as configurações fora dos marcos da heterossexualidade.

O ponto nodal dessa apreensão repercute na formação de opiniões contrárias a visibilidade das questões de gênero e sexualidade no espaço público e na conquista de direitos, com base em pressupostos heterocentrados de bio-homens e biomulheres, com vistas à unificação da opinião pública e de maneiras de ser coletivas. Essa operação ideológica cria uma espécie de pânico e alarme social contra a destruição da entidade sociofamiliar, cimentada no dogmatismo religioso.

Não vejo caravana para combater discriminação de cor, raça ou religião, mas vejo dinheiro público sendo gasto para impor aquilo que a maioria decidiu que não quer ver tratado nas escolas: ideologia de gênero [...] Escola é lugar de todas e a única forma de não provocar questionamentos nem de grupo homoafetivo, nem de grupo heterossexual, é fazer a escolar acontecer com isenção, ou seja, lá a sexualidade já é tratada na matéria de biologia que respeita as faixas etárias [...]. A escola nunca poderá ser uma fábrica de pretensão de qualquer grupo ativista. Vejo muito mais cristofobia e heterofobia nas ruas do Brasil do que homofobia e a pesquisas revela que a maioria das agressões são passionais. Governo inteligente respeita a vontade da maioria” (Matéria 07/08/2013)<sup>12</sup>

Nota-se que no período intercensitário do IBGE, o segmento religioso que mais ascendeu foi a religião evangélica. De acordo com os dados, em 2010 soma-se 22,2% da população brasileira, representando um aumento de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões), ao passo que em 1991, esse percentual era de 9,0% e em 1980, de 6,6%. Isso significa que 2 em cada 10 brasileiros são evangélicos, sendo que em algumas capitais esse número chega a 4 pessoas<sup>13</sup>. Dentre as pessoas que se

---

<sup>11</sup> A família, nas suas mais diversas configurações, constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que, além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos (MIOTO, 2010, p. 167). Em geral, a utilização das referências pessoais e singulares no entendimento da família implica na transformação das diferenças e da diversidade na ideia de desigualdade e incompletude.

<sup>12</sup> Pronunciamento do deputado Eli Borges para a JM Notícias em relação ao projeto LGBT promovido nas escolas do Tocantins

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/as-capitais-mais-e-menos-evangelicas-do-brasil/>>

declararam evangélicas, 60% são pentecostais, seguidos de 28,8% de evangélicos não determinados e 18,5 evangélicos em missões.

Se em termos absolutos, ainda representamos a maior nação católica do mundo, esse número seguiu a tendência de redução das décadas anteriores, passando de 73,6% em 2000, para 64,6%, em 2010. Os dados registram um maior encolhimento da população católica na região Norte (de 71,3% para 60,6%), enquanto aumenta-se a representatividade das denominações evangélicas (19,8% para 28,5%). Proporcionalmente, Palmas (popularmente conhecida como Capital da Fé<sup>14</sup>) ocupa o terceiro lugar entre as capitais mais evangélicas do país (32,7%).

Esses dados não são privilégio exclusivo de Palmas. É notório no Brasil que as demandas dos grupos neopentecostais, geralmente imbricadas em uma moral conservadora anti-LGBT, sexista, misógina e patriarcal, já ganharam espaço na agenda pública. A laicidade do Estado vem sendo desconsiderada ao passo que as demandas LGBT e feministas têm sofrido retrocesso (IRINEU, 2016, p. 67).

É importante salientar que muitos/as sujeitos/as irão adentrar na arena política e ingressar nos espaços públicos com a definição da questão religiosa como elementar na sua atuação. Isso não significa que exista uma relação mecânica entre pertencimentos religiosos e fundamentalismo. A problemática apresentada refere-se as interferências do pensamento religioso conservador no âmbito das políticas sociais e da laicidade do estado.

Para ilustrar, podemos citar a bancada dogmática religiosa no Senado brasileiro e o monitoramento religioso das matérias relacionadas à equidade de gênero, discussões de sexualidade e enfrentamento à homofobia.

Dentre as doutrinas judaico-cristãs que apregoam um determinado modelo de família (nuclear burguesa), verifica-se a sugestão de uma possível cura para homossexualidade e transexualidades, pautando-se na indagação de uma causa que determina a origem da sexualidade e da identidade de gênero fora dos parâmetros

---

Acesso em 31 dez 2019.

<sup>14</sup> O evento “A Capital da Fé”, organizado pela prefeitura de Palmas-TO e pela Agência Municipal de Turismo (AGTUR), é a principal atração do carnaval na capital tocantinense, reunindo artistas restritamente evangélicos e católicos. De acordo com a Prefeitura, em 2018 o investimento foi de 1,2 R\$ milhões de recursos públicos.

biológicos e religiosos da reprodução. Em determinados momentos, esse preconceito mascara-se na forma de ciência, passando a ser difundido em diversos grupos e determinadas categorias profissionais que acreditam no tratamento e extirpação da homossexualidade, resgatando a ideia de doença.

Tais posições não reconhecem a retirada da homossexualidade da lista de transtornos mentais a partir da década de 1970, protagonizada pela Associação Americana de Psiquiatria e Associação Americana de Psicologia, sendo oficializada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 17 de maio de 1990 com a exclusão da homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID 10).

Os primeiros registros no Brasil advém com a retirada da classificação do “homossexualismo” da lista de transtornos mentais pelo Conselho Federal de Medicina (1985) e o estabelecimento de normas éticas com a Resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que dispõe que "psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados".

O entendimento da OMS, do CFP e de outras instituições mais críticas não impediram a ascensão de discursos<sup>15</sup> que permanecem chancelando a homossexualidade como problema e desvio moral a ser eliminado, propondo soluções milagrosas e/ou terapêuticas que se relacionam com o livre mercado. Cristalizadas nas práticas institucionais, esses discursos repercutem no século XXI, acarretando implicações sociais e políticas, especialmente no acesso às políticas sociais.

Conforme dito anteriormente, as orientações de uma classe hegemônica ultrapassam a coerção e a base material, sendo calcadas num conjunto explícito de estratégias e táticas de persuasão e convencimento dos diferentes grupos sociais. As interpretações convincentes em torno de uma história única e absoluta sustentada numa suposta neutralidade e objetividade, são permeadas por ações concatenadas

---

<sup>15</sup> Em 2017, temos o caso de um juiz federal da 14ª Vara Federal do Distrito Federal que concedeu liminar suspendendo parte da Resolução do CFP, ao atender uma ação judicial de uma parcela autodenominada de “psicólogos cristãos” favoráveis a terapia de reversão sexual, evitando que os/as mesmos/as fossem punidos/as pelo Conselho Profissional.

(supostamente informativas) sobre o quadro social, impedindo que o contraste e o confronto com outras ideias aconteçam. Contudo, isso não impede que elas continuem existindo e compondo o cenário de divergências e embates pela hegemonia, pois a sociedade civil não é um todo harmonioso e homogêneo.

As mobilizações sociais<sup>16</sup> representam um importante indicativo para traçarmos os embates acerca da representação simbólica acerca do público LGBT, envolvendo as denúncias de discriminação e violência, bem como ações pedagógicas, educativas e jurídicas para o livre exercício da sexualidade e da expressão de gênero. Concomitante aos grupos sociais que pautam essa questão, há um forte ativismo religioso que embasa os debates jurídicos-legais, o ambiente educacional e as políticas públicas de modo geral.

A contra-hegemonia é direcionada por interesses opostos ao da classe dominante, criando uma forma ético política baseada em valores universais, “cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista” (MORAES, 2010, p. 73). Nessa perspectiva, a contra-hegemonia é o local privilegiado da interlocução entre o pensamento e a ação política para enfrentar gradualmente a racionalidade hegemônica.

Isso posto, entende-se que os espaços de enfrentamento ao sexismo e à homofobia representam processos de resistência e embate à homofobia, organizados em coletivos acadêmico-universitários e associações LGBT, cujas atuações estão em contramão a regulação imposta pela sequência sexo-gênero-desejo.

## **Considerações Finais**

Sabe-se que as unidades da federação brasileira não têm reconhecido a cidadania dos/as sujeitos que desestabilizam a binaridade das normas de gênero

---

<sup>16</sup> Cabe ressaltar ainda o recurso do anonimato por parte dessa população. O documentário “Memórias (In) Visíveis: retratos do Tocantins LGBT”, fruto do projeto de extensão “Retratos do Tocantins Homossexual: trajetórias de sujeitos políticos LGBT” vinculado ao NEPESCD, traça o processo de deslocamento e os fluxos de (i) migração dos sujeitos declarados LGBT para Palmas-TO e para regiões maiores. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kArjWm2Lo0g&t=9s>> Acesso em 02 jun. 2019.

sustentada pelo imperativo heterossexual. No Tocantins, esse cenário é agravado pelas particularidades do cerrado nortista cujos traços explicitam um Estado coronelista, latifundiário e fundamentalista no trato com a diversidade sexual e identidade de gênero, conforme demarcado anteriormente. Pontuamos ainda, que as localidades geográficas consideradas interioranas e periféricas no cenário nacional operam o racismo/sexismo/homofobia de forma distinta dos grandes centros urbanos.

Nesse estudo, procuramos reconhecer as implicações das ferramentas digitais na dinâmica histórica, tendo em vista sua influência na mistificação das relações sociais e na mercantilização dos bens simbólicos na atual conjuntura de ofensiva do capital e suas incidências no contexto de ascensão do conservadorismo na particularidade brasileira.

Embora, não tenhamos evidenciado o protagonismo e a saga do Movimento LGBT e das entidades dos direitos humanos no território tocantinense, reconhecemos que suas atuações não estão desvinculadas do panorama aludido anteriormente, tampouco dos avanços e retrocessos no ordenamento jurídico.

No marco histórico, o estado mais novo do Brasil é muito recente. Essa constatação é redundante, mas oportuna quando aludimos localidades com trajetórias historicamente consolidadas do Movimento LGBT. O conjunto de políticas LGBT pautadas pelo movimento social é inédito num contexto da disseminação de higienização dos comportamentos. Se por um lado o caráter recente não justifica as violações e ausência de direitos, por outro, não é possível comparar com estados cujas lutas sociais já são instituídas.

A despeito disso, essa pesquisa fortaleceu as poucas e desbravadoras produções científicas acerca de gênero e sexualidade nesse estado e contribuir para a visibilidade dos sujeitos considerados dissidentes e desqualificados pela ótica normativa. Pois, o panorama conjuntural também é sustentado pela escassez de pesquisas sobre direitos e opressão à população LGBT, contribuindo potencialmente para o cenário de ausência de direitos, em nome das hierarquias sexuais e de gênero. Além disso, pontuamos o desafio de discutir a promoção do respeito à expressão/identidade de gênero e sexualidade em meio à cruzada *antigênero* e ao ataque sucessivo aos pesquisadores/as e professores/as que se debruçam sobre essas temáticas em seus espaços de atuação profissional e de militância.

## Referências

- IRINEU, B. A. Resistir e (re) existir entre margens e centros: sobre pesquisar gênero e sexualidade em um estado da região norte. In: IRINEU, Bruna (Org). **Diversidades e políticas da diferença: intervenções, experiências e aprendizagens em sexualidade, gênero e raça**. EDUFT: Palmas-TO, 2016.
- KONDER, L. **O que é dialética?**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LOURO, G. L. **Pedagogias da Sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes Louro (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MISKOLCI, R. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160> Acesso 28 Jun 2019.
- MIOTO, R. C. T. Família, trabalho com família e Serviço Social. Palestra proferida na Universidade Estadual de Londrina. Ser.Soc. **Rev.Londrina**, 2010.
- MORAES, D. Comunicação, Hegemonia e Contra Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan-jun, 2010.
- MOTTER, A. E. Tocantins: memória da autonomia (1989-2002). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300884976\\_ARQUIVO\\_textoanpuh.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300884976_ARQUIVO_textoanpuh.pdf) Acesso 28 Jun 2018.
- NETTO, J.P. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS, ABEPSS. **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Cead, UNB, Brasília, 2009.
- SEFFNER, F. Resistir e (é) multiplicar a circulação entre margens e centros: ideias um pouco desarrumadas. **Revista Bagoas**, v.3, n.4, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2295> Acesso 28 Jun 2018.